

10h – Palestra Magna: Alimentação Adequada e Saudável: Direito de Todos

- Palestrante: Gleyse Maria Couto Peiter – Conselheira do CONSEA/Nacional e Representante do Comitê de Entidades no Combate à Fome e Pela Vida (COEP);
- Palestrante: Priscila Bocchi – Coord. Geral de Monitoramento das Ações de SAN da SESAN/MDS
- Palestrante: Paulo Rogério Gonçalves – Presidente do CONSEA/TO
- Mediadora: Conselheira Salete Terezinha Rauber Klein

11h – Debate

12h – Almoço

13h30 – Credenciamento (Continuação)

14h – Orientações para Trabalhos em Grupo

- Conselheiro Presidente: Paulo Rogério Gonçalves
 - Grupo 1 – Diagnóstico sobre a insegurança alimentar e nutricional, avaliação do balanço dos programas e ações estaduais e apresentação de ação da sociedade civil;
Facilitadores: Paulo Rogério Gonçalves e Valdirene Aparecida dos Santos Souza
 - Grupo 2 – Avaliação e indicação de prioridades no plano estadual de segurança alimentar e nutricional;
Facilitadores: Salete Terezinha Rauber Klein e Régina Mercês Aires R. Dias
 - Grupo 3 – Avaliação do sistema estadual de segurança alimentar
Facilitadores: Iramar Cardoso da Silva e Jose Afonso de Oliveira

18h - Encerramento do Dia

Dia 06/09/11

9h - Apresentação dos Trabalhos em Grupo na Plenária – 20 minutos de apresentação e 20 min de debate para cada grupo

11h – Orientações Para Eleição dos Delegados para a IV Conferência Nacional de SAN
Mediadores: Paulo Rogério Gonçalves, Iramar Cardoso da Silva e Régina Mercês Aires R. Dias

11h30 - Mesa de encerramento - Representantes: SETAS, CONSEA/Nacional e CONSEA/TO

12h - Almoço

Eixo 1 - Avanços, ameaças e perspectivas para a efetivação do direito humano à alimentação adequada e saudável e da soberania alimentar

I – Contextualização:

No Tocantins foi constatado que a insegurança alimentar está presente em todos os municípios do Estado, e a tabela abaixo apresenta, os grupos sociais que encontram-se nessa situação.

Quais grupos sociais passam fome ou estão em situação de insegurança alimentar e nutricional no município	Quais as causas
População Urbana	
Famílias moradoras nos bairros periféricos e áreas irregulares (ocupações urbanas)	Migrantes recentes da zona rural, desempregados, baixa escolaridade
Famílias de assalariados rurais e urbanos	Trabalhadores e trabalhadoras diaristas que não possuem trabalho formal
Famílias urbanas com renda familiar insuficiente	Poucas pessoas da família em idade ativa com emprego, falta de mercado de trabalho, baixa escolarização e profissionalização, postos de trabalho de baixa remuneração
Famílias muito numerosas	Falta de planejamento familiar
Famílias sem moradia própria	Recursos gastos com aluguel poderiam ser utilizados para a segurança alimentar e nutricional
Famílias com alcoólatras e dependentes químicos	Famílias com pessoas que não geram renda e realizam muitos gastos
Famílias de presidiários	Famílias que os principais responsáveis pela sobrevivência estão sem renda adequada
Acidentados e portadores de necessidades especiais	Não tem renda própria
Crianças vítimas de abandono e desestruturação familiar	Famílias desestruturadas sem renda suficiente
Idosos	Idosos que não recebem aposentadoria ou que a sua aposentadoria é a única renda da família
Moradores de rua	Pessoas sem condições de se inserir no mercado de trabalho
Estudantes de diversas escolas	Valor alimentação escolar insuficiente, não tem hortas escolares
Beneficiários do Programa Bolsa Família	Falta de projetos que implementem ações de geração de renda respeitando o perfil dos beneficiários, falta de gestão adequada do recurso financeiro pelas famílias
População Rural	
Quilombolas	Não temos os territórios quilombolas regularizados, terra insuficiente e de baixa fertilidade, problemas hídricos, não tem assistência técnica e extensão rural,
Indígenas	A caça que era uma das principais fontes de proteína para os indígenas está escassa, e em muitas aldeias as técnicas tradicionais de produção agrícola estão se perdendo

Assentados	Assentamentos rurais em terras de baixa fertilidade e com problemas hídricos, assentamentos novos onde ainda não se conseguiu estruturar sistemas de produção que garantam a segurança alimentar e nutricional, famílias sem força de trabalho suficiente para a produção agropecuária, sem perfil adequado para serem agricultores familiares, assentamentos sem ATER,
Agricultores familiares tradicionais	Propriedades com terras de baixa fertilidade e com problemas hídricos, famílias sem força de trabalho suficiente para a produção agropecuária, famílias sem ATER,
Ribeirinhos	Famílias sem regularização fundiária, detentoras de pequenas áreas que não garantem a segurança alimentar e nutricional, sem ATER
Acampados	Famílias de agricultores se terra que estão aguardando para serem assentadas em projetos de assentamento rural
Estudantes	Valor alimentação escolar insuficiente, não tem hortas escolares, estudantes que passam várias horas sendo transportados do campo para a cidade

II – Proposições relacionadas ao tema:

Programas e Ações breve avaliação

1. Faltam políticas públicas preventivas e de promoção da segurança alimentar - Falta de integração entre as áreas que fazem parte da SAN;
2. Alimentação escolar - Boa execução, mas os recursos são insuficientes, devido ao baixo per capita repassado;
3. Assistência técnica e extensão rural - Não chega a todos os agricultores familiares, não está conseguindo assistir tecnicamente os agricultores familiares na estruturação de sistema de produção que garantam a segurança alimentar e nutricional das famílias e comunidades, não tem conseguido assessorar as famílias urbanas na estruturação de hortas caseiras e comunitárias;
4. Programa de aquisição de produto alimentício da agricultura familiar - Não estão cumprindo os prazos de pagamento, existem problemas relativos à tabela de preços, o programa precisa ser maior divulgado e existem dificuldades em estruturar o centro de distribuição de alimentos;
5. Formação e capacitação de beneficiários - Não estão sendo realizadas capacitações continuadas na zona urbana e rural;
6. Cozinhas comunitárias - Não estão sendo implantadas cozinhas nos assentamentos;
7. Assessoria técnica aos municípios - Não está havendo um acompanhamento de técnicos sociais (assistência social e outros técnicos), educacionais, da saúde (psicólogo, nutricionista, etc.) com regularidade;
8. Inspeção sanitária - Precisa ser realizada considerando a realidade da agricultura familiar do município;
9. Quintal verde - Preciso estimular a produção e consumo de hortaliças;
10. Capacitação de agricultores familiares - Necessários mais cursos para as comunidades rurais;

11. Pesquisa em segurança alimentar e nutricional - Continuar executando.

Proposições:

1. Criar e implantar legislação de Inspeção sanitária adequada para agricultura familiar, capacitar os atores interessados para aplicá-la e aprimorar as cadeias produtivas e comerciais.
2. Prestar assessoria técnica para saúde, rede assistencial, escolar, através de nutricionistas.
3. Orientar a população sobre os hábitos alimentares saudáveis promovendo a intersetorialidade nas três esferas de governo
4. Construir poços semi-artesianos
5. Facilitar e desburocratizar os procedimentos para concessão e execução de projetos.
6. Incentivar a criação e ou revitalização de feiras municipais
7. Implantar matadouros e abatedouros municipais
8. Promover assistência técnica e extensão rural voltada à segurança alimentar e nutricional.
9. Ampliar recursos para alimentação escolar sem interrupção garantindo recursos das três esferas
10. Ministras oficinas e cursos profissionalizantes voltados para a segurança alimentar e nutricional para zonas rural e urbana.
11. Promover regularização fundiária
12. Cursos de treinamento para profissionais da educação, saúde e áreas afins.
13. Revitalizar e implantar bacias leiteiras objetivando a pasteurização e produção de derivados do leite para atender as escolas e ou programas sociais.
14. Elaboração do Plano Nacional e Estadual de Abastecimento

Eixo 2 – Plano Estadual e Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

I – Contextualização:

O Tocantins já elaborou o Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional a partir de sete fóruns regionais realizados em 2009 foi aprovado pelo CONSEATO em 09/04/2010 e encaminhado para a Casa Civil providenciar a homologação.

II – Proposições relacionadas ao tema:

Ação 1: Ações de promoção do acesso universal a alimentação saudável e adequada

- 1.1 - Alimentação Escolar
- 1.2 - Atendimento emergencial a famílias em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional
- 1.3 - Alimentação da população carcerária e adolescentes das unidades de internação e semi-liberdade
- 1.4 - Alimentação do trabalhador
- 1.5 - Restaurantes populares
- 1.6 - Cozinhas comunitárias
- 1.7 - Bancos de alimentos
- 1.8 - Ampliar e garantir a contrapartida do Estado do Tocantins para a alimentação escolar.
- 1.9 - Garantir programas de alimentação aos idosos em conformidade com o Estatuto do Idoso;
- 1.10 - Adequação da infra-estrutura das escolas para armazenamento e elaboração de refeições

Ação 2: Ações de estruturação de sistemas justos, de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos.

- 2.1 - Regularização fundiária e ambiental
- 2.2 - Assistência técnica e extensão rural
- 2.3 - Capacitação aos agricultores familiares
- 2.4 - Aquisição de produto alimentício da agricultura familiar
- 2.5 - Implantar estruturas e adquirir equipamentos para coleta, armazenamento e distribuição de alimentos
- 2.6 - Incentivo à produção e consumo de hortaliças
- 2.7 - Implantação e manutenção de unidades de produção alimentar
- 2.8 - Apoio agricultura urbana e periurbana
- 2.9 - Desenvolvimento da agricultura agroecológica e orgânica
- 2.10 - Feiras populares
- 2.11 - Geração de renda
- 2.12 - Apoio à produção de alimentos pela população carcerária e adolescentes das unidades de internação e semi-liberdade
- 2.13 - Apoio à estruturação de cooperativas de produção e processamento de produtos e de empreendimentos de economia solidária
- 2.14 - Implantação e manutenção de hortas escolares
- 2.15 - Formação e capacitação de beneficiários de programas sociais para produção de alimentos para segurança alimentarem
- 2.16 - Difusão da prática de olericultura de base agroecológica.
- 2.17 - Centrais municipais ou regionais para distribuições de alimentos da agricultura familiar

Ação 3: Ações de instituição de processos permanentes de educação e capacitação em segurança alimentar e nutricional e direito humano a alimentação adequada.

- 3.1 - Ações de educação alimentar e nutricional nos sistemas públicos
- 3.2 - Ações de educação alimentar e nutricional nos sistemas públicos e privados da rede escolar e sociedade em geral
- 3.3 - Formação de produtores e manipuladores de alimentos
- 3.4 - Assessoria técnica nutricional às escolas estaduais e municipais.
- 3.5 - Criação de disciplina específica para o currículo escolar
- 3.6 - Formação de merendeiras de escolas e programas sociais
- 3.7 - Capacitação para o CONSEATO e Conselheiros Municipais de SAN
- 3.8 - Campanhas e programas educativos para a população em geral
- 3.9 - Capacitações para os beneficiários de programas sociais

Ação 4: Ações de ampliação e coordenação da segurança alimentar e nutricional voltadas para povos indígenas e comunidades tradicionais.

- 4.1 - Atendimento emergencial a povos e comunidades tradicionais
- 4.2 - Regularização de territórios
- 4.3 - Assistência técnica e extensão rural
- 4.4 - Aquisição de produtos alimentícios dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

Ação 5: Ações de fortalecimento da alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção a saúde, de modo articulado com as políticas de segurança alimentar e nutricional.

- 5.1 - Fiscalização sanitária
- 5.2 - Controle sanitário
- 5.3 - Nutrição na atenção básica
- 5.4 - Prevenção e controle de carências nutricionais
- 5.5 - Assessorar os municípios
- 5.6 - Regulamentação da comercialização de alimentos nas escolas
- 5.7 - Fortalecer o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
- 5.8 - Criação dos núcleos de apoio a saúde da família

Ação 6: Promover o acesso à água para consumo humano e para produção de alimentos

- 6.1 - Gestão e revitalização de bacias hidrográficas
- 6.2 - Disponibilidade e acesso à água para alimentação e produção de alimentos
- 6.3 - Saneamento e qualidade da água
- 6.4 - Fiscalização de projetos produtivos
- 6.5 - Garantia de acesso a água de qualidade como direito universal
- 6.6 - Estruturar um sistema de informação a população sobre a situação da qualidade da água

Eixo 3 – Sistema e Política Estadual e Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional -Grupo 3

I – Contextualização:

De forma geral os conselhos compreendem que seu papel é: elaborar, propor e gestar políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. No entanto alguns apenas fazem a gestão do PAA: Compra direta da agricultura familiar.

Perguntado qual papel deveria assumir, responderam:

- Aprovar e acompanhar a execução do plano municipal de segurança alimentar e nutricional;
- Capacitação continuada para conselheiros municipais e estaduais promovida pelas três esferas de governos;
- Orientar o pequeno produtor sobre a documentação necessária para o PAA, junto ao órgão executor e simplificar a documentação exigida ao pequeno produtor;
- Fiscalizar a execução das políticas públicas;
- Promover encontros e reuniões para conhecimento do COMSEA;
- Definir perfil e critérios para atuação como Conselheiros;
- Fortalecer a democracia participativa;
- Incentivar a implantação de hortas escolares e comunitárias;
- Realizar parcerias com instituições públicas e organizações sociais para o combate a insegurança alimentar e nutricional;
- Elaboração de cartilhas e manuais de orientação aos conselhos de SAN;
- Conselho Estadual criar um portal de comunicação com os municípios;
- Acompanhar e fiscalizar as ações de SAN, inclusive do Ruraltins e ADAPEC;

- Realizar palestras e cursos a comunidade sobre segurança alimentar e nutricional;
- Propor pesquisa para Mapear e monitorar a insegurança alimentar e nutricional nos municípios;
- Regulamentar que os conselheiros indicados tenham afinidade com política de SAN;
- Garantir no orçamento municipal recursos financeiros para estruturação do COMSEA, nos quesitos: espaço físico com equipamentos necessários e secretaria executiva com apoio do Estado e da União;
- Que a composição do COMSEA seja feito dentro da legislação vigente, com ampla divulgação para toda sociedade.
- Que o conselho Estadual acompanhe rigorosamente os processos de eleição para criação e reestruturação dos conselhos municipais, ou ainda, com participação efetiva entre conselho estadual e municipal;

Com relação a composição dos Conselhos Municipais no Tocantins foi colocado que alguns são paritários, outros 1/3 governo e 2/3 sociedade civil sendo que alguns representantes da sociedade civil são funcionários da Prefeitura e/ou representam organizações que não tem nenhuma relação com segurança alimentar e nutricional, mas todos concordam que deveria ser 1/3 governo das áreas ligadas diretamente ao tema e 2/3 sociedade civil que tradicionalmente atue ou preste relevantes serviços no âmbito estadual ou municipal em questões relacionadas à segurança alimentar e também tenham representantes de indígenas, quilombolas, assentados, agricultores familiares e ribeirinhos.

No que diz respeito a regularidade das reuniões dos conselhos municipais colocaram que alguns se reúnem mensal, bimestral, trimestral, quando necessário, quando convocada pelo presidente ou nenhuma, mas que deveria ser reuniões ordinárias mensais e extraordinárias sempre que necessárias e reunião ampliada com Conselho Estadual trimestralmente.

Com relação a presidência dos COMSEAs uns acham que deveria ser do poder público, sociedade civil, alternância, eleição entre os membros, mas a plenária entende que deve ser da sociedade Civil.

II – Proposições relacionadas ao tema:

1. Propor realização da regulamentação da lei 2.400/10 para implantação do SISAN-Tocantins;
2. Garantir apoio para criação e implantação dos sistemas municipais SAN;
3. Realizar a implementação da CAISAN no Estado e Municípios;
4. Todos os conselhos estaduais e municipais sejam consultivos e deliberativos

Palmas/TO, 23/09/2011.

DE ACORDO:

Paulo Rogério Gonçalves
Presidente do CONSEA/TO

Agimiro Dias da Costa
Secretário do Trabalho e da Assistência Social

Régina Mercês Aires R. Dias
Coordenadora da Comissão da Conferência Estadual

